



Uirapuru
Transmissora de Energia

Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

CNPJ 07.003.112/0001-45

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba – PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2023

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
Balanços Patrimoniais	10
Demonstrações de Resultados	11
Demonstrações de Resultados Abrangentes	11
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	12
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	14
1. Contexto Operacional	14
2. Base de Preparação	14
3. Políticas Contábeis Materiais	16
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	20
5. Clientes	21
6. Ativo de contrato	21
7. Fornecedores.....	22
8. Tributos	22
9. Pesquisa e Desenvolvimento	23
10.Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	24
11.Patrimônio Líquido	24
12.Receita Operacional.....	25
13.Custos e despesas operacionais	25
14.Resultado Financeiro	26
15.Instrumentos Financeiros.....	26
16.Transações com Partes Relacionadas	28
17.Seguros	29
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Administração da Uirapuru Transmissora de Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

Curitiba, 19 de abril de 2024

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro

1. A COMPANHIA

A Uirapuru Transmissora de Energia S.A. (Uirapuru ou Companhia), instituída em setembro de 2004, é uma empresa que atua na área de transmissão de energia elétrica como uma sociedade de propósito específico - SPE e tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel ou “Controladora”).

2. UIRAPURU EM NÚMEROS

Em milhares de reais	2023	2022	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	191.606	201.393	(4,9)
Caixa e equivalentes de caixa	44.204	42.962	2,9
Receita operacional bruta	17.729	26.125	(32,1)
Deduções da receita	(1.875)	(1.975)	(5,1)
Receita operacional líquida	15.854	24.150	(34,4)
Custos e despesas operacionais	(2.515)	(1.880)	33,8
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	13.339	22.270	(40,1)
Ebitda ou Lajida ^(a)	13.355	22.278	(40,1)
Resultado financeiro	5.125	4.223	21,4
IRPJ/CSLL	(2.285)	(2.216)	3,1
Lucro operacional	18.464	26.493	(30,3)
Lucro Líquido do exercício	16.179	24.277	(33,4)
Patrimônio líquido	179.992	184.952	(2,7)
Dividendos	15.370	23.063	(33,4)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	12,2	6,0	103,3
Liquidez geral (índice)	16,5	12,2	35,2
Margem do Ebitda ou Lajida ^(a) (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	84,2	92,2	(8,7)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	116,5	109,7	6,2
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	102,0	100,5	1,5
Participação de capital de terceiros (%)	6,1	8,2	(25,6)
Rentabilidade do patrimônio líquido (lucro líquido/patrimônio líquido inicial) (%)	8,7	13,9	(37,4)

^(a) EBITDA ou LAJIDA - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

3. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

A Uirapuru tem a tradição do grupo Copel, que é pioneira na gestão de questões ambientais, sociais e de governança corporativa. Ao longo de sua história, a Copel consolidou-se como uma empresa comprometida em prover energia e soluções para o desenvolvimento sustentável da sociedade, sendo a primeira do setor elétrico a aderir ao Pacto Global das Organizações das Nações Unidas - ONU, em 2000. E, desde 2018, assumiu o compromisso de atuar para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS ligados ao setor de energia.

O crescimento econômico, a responsabilidade socioambiental, a inovação e a excelência em governança são conceitos intrínsecos à estratégia de negócios da Companhia e a Copel tem orgulho de estar na vanguarda da preservação da biodiversidade e de programas socioambientais, conforme as diretrizes da Política de Sustentabilidade da Companhia.

Para difundir e materializar esse compromisso, a Copel desenvolve ações e programas que beneficiam a comunidade, o meio ambiente e o público interno. A trajetória da Copel rumo à sustentabilidade prioriza a inovação nos processos, a qualidade dos serviços prestados e a transparência na gestão.

Outras informações sobre as práticas adotadas pela Companhia e o desenvolvimento sustentável podem ser acessadas no endereço <https://copelsustentabilidade.com>.

3.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Uirapuru segue as diretrizes de governança corporativa da sua Controladora, nas questões de Governança Corporativa. A Copel é uma companhia de capital aberto, dotada de personalidade jurídica de direito privado, cujas ações são negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3), Nova Iorque (NYSE) e Madri (Latibex) – que demanda um robusto sistema de governança para assegurar que o desempenho dos administradores e o planejamento estratégico está alinhado aos interesses da Companhia e suas partes interessadas.

Na B3, a Copel integra o Nível 2 de governança desde 2021. Seu sistema também adota o Código de Melhores Práticas de Governança para Companhias Abertas, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, e responde aos critérios da Securities and Exchange Commission - SEC, da bolsa norte-americana e dispositivos legais e regulatórios brasileiros.

Após a adoção de uma série de mecanismos para fortalecer sua estrutura de governança corporativa em 2023, a Copel seguiu aperfeiçoando seus instrumentos buscando manter uma estrutura robusta que acompanha a evolução das práticas de mercado.

A Copel Geração e Transmissão tem registro de companhia aberta na categoria B na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Esse registro é parte do planejamento estratégico da Companhia e não visa a emissão de ações. São medidas que reforçam ainda mais a transparência e as práticas de governança, além de oportunidade para diversificação das fontes de financiamento e otimização do perfil da dívida.

3.1.1 Integridade

Programa de Integridade

Tem por finalidade o correto tratamento aos desvios éticos e de conduta e principalmente a implementação de medidas anticorrupção adotadas para prevenção, detecção e remediação de atos lesivos à Companhia, que envolvam, por exemplo, a ocorrência de suborno, propina, conflito de interesses, fraudes em processos de licitação e pagamentos, entre outros.

O programa se destina a todos os empregados, fornecedores, terceirizados, estagiários, prestadores de serviços e contratados e, para cumprimento de sua função, está fundamentado em: liderança e estrutura; análise de risco; políticas e procedimentos; comunicação e treinamentos; e monitoramento do programa; sendo cinco pilares que, de forma interdependente, sustentam o desenvolvimento e aperfeiçoamento constante de todos os mecanismos adotados.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Uirapuru foi constituída quando participou do Leilão nº 01/2004 da Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica, na licitação pública para outorga de concessão de novas linhas de transmissão de energia elétrica. Sagrou-se a vencedora do Lote B do Edital, que previa a construção da Linha Ivaiporã - Londrina Circuito 2, no Estado do Paraná, na Região Sul do Brasil.

Em 04.03.2005 a Uirapuru assinou o Contrato de Concessão para o Serviço Público de Transmissão de Energia nº 002/2005 – Aneel, com vencimento em 04.03.2035, para a construção, operação e manutenção da referida linha, em 525 kV de tensão, com extensão aproximada de 120 km de comprimento, segundo circuito, com origem na Subestação de Ivaiporã e término na Subestação de Londrina, utilizando 270 torres para sustentação dos cabos e passando pelo território de 10 municípios paranaenses.

A construção da linha de transmissão foi efetuada ao longo de 2005 e parte de 2006 e em 09.07.2006 o empreendimento iniciou a operação comercial, auferindo a partir desta data as parcelas mensais da Receita Anual Permitida - RAP, previstas no Contrato de Concessão nº 002/2005, firmado com a Aneel. Adicionalmente, em julho de 2006, a Uirapuru celebrou o Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST nº 011/2005 com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, passando a integrar Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN. Em 06.06.2018 foram atendidas todas as condições para a transferência das ações anteriormente pertencentes a Eletrosul para a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras. No dia 21.09.2018, a Eletrobrás publicou o edital nº 01/2018 referente ao leilão realizado por conta e ordem dela, para alienação das participações detidas por ela e suas controladas. O comprador proponente vencedor foi a Copel GeT.

4.1 Sistema de Transmissão

O sistema elétrico da Uirapuru integrou a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN em julho de 2006, cuja coordenação da operação é do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, com o qual foi celebrado o respectivo Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST nº 011/2005.

Linhas e Subestações de Transmissão em Operação – Características Físicas

Linhas e Subestações de Transmissão	Propriedade	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Linhas e Subestações próprias				122		
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	100,0%	CS	525kV	122	09.07.2006	05.03.2035
Contrato nº 002/2005 LT Ivaiporã - Londrina ESUL						
Total				122		

As concessões de transmissão em operação em 31.12.2023 geram atualmente uma RAP à Uirapuru de R\$ 28 milhões.

Linhas e Subestações de Transmissão em Operação – Características Financeiras

Linhas e Subestações de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ mil)	RAP Proporc. (R\$ mil)	Ano de degra da RAP	Mês base reajuste	Índice de correção
Linhas e Subestações próprias		26.922	26.922			
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.						
Contrato nº 002/2005 LT Ivaiporã - Londrina ESUL	100%	26.922	26.922	2.021	Julho	IGP-M
Total		26.922	26.922			

Em vista das linhas em operação, a RAP esperada para os próximos cinco anos está representada no quadro a seguir:

RAP Realizada e Esperada

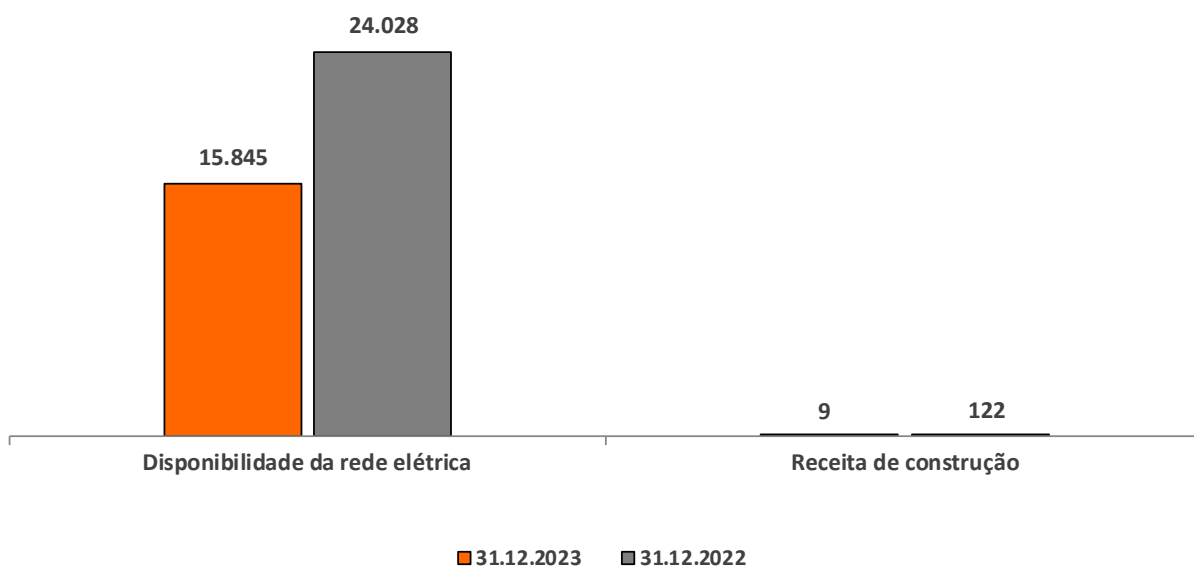
Linha de transmissão - RAP proporcional - R\$ mil *	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Integral	28.181	26.922	26.922	26.922	26.922	26.922	26.922
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.							
Contrato nº 002/2005	28.181	26.922	26.922	26.922	26.922	26.922	26.922
TOTAL	28.181	26.922	26.922	26.922	26.922	26.922	26.922

* Valores correntes nominais até 2023. A partir de 2024, inclusive, são sem inflação à moeda de 31.12.2023.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (EM MILHARES DE REAIS)

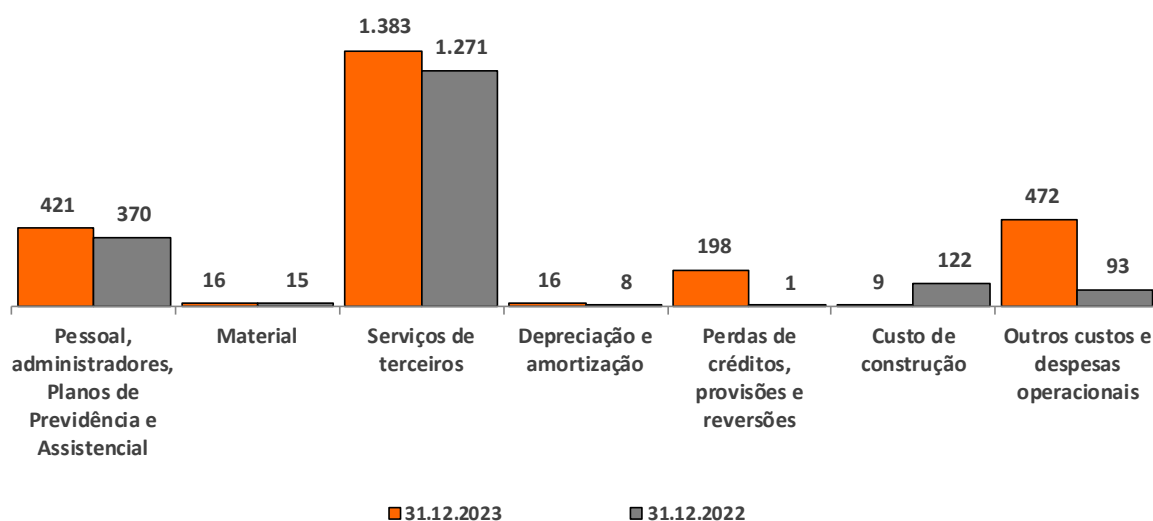
5.1 Receita Operacional Líquida

Em 2023, a Receita Operacional Líquida teve redução de R\$ 8.183, representando 34,1% de redução em relação a 2022, devido principalmente ao maior IGPM em 2022.



5.2 Custos e Despesas Operacionais

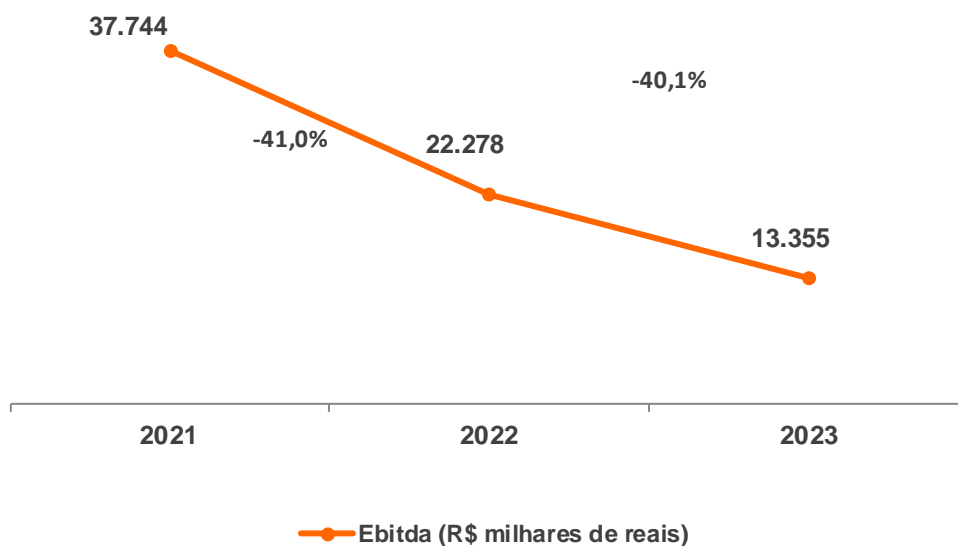
Em 2023, os custos e despesas operacionais tiveram acréscimo de R\$ 256:



5.3 EBITDA ou LAJIDA

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Lucro líquido	16.179	24.277	37.010
Despesas com tributos sobre os lucros	2.285	2.216	2.078
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(5.125)	(4.223)	(1.352)
Lajir/Ebit	13.339	22.270	37.736
Depreciação e Amortização	16	8	8
Lajida/Ebitda	13.355	22.278	37.744
Receita Operacional Líquida - ROL	15.854	24.150	39.586
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	84,2%	92,2%	95,3%

O Ebitda da Companhia em 2023 foi de R\$ 13.355, apresentando decréscimo de R\$ 8.923 ou 40,1% em relação a 2022, devido principalmente a redução nas receitas.



5.4 Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou aumento das receitas em R\$ 903, devido principalmente ao rendimento de aplicações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços Patrimoniais

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	44.204	42.962
Clientes	5	2.865	2.776
Ativos de contrato	6	7.273	6.939
Outros créditos		106	62
Estoques		201	201
Imposto de renda e contribuição social		1.097	788
Despesas antecipadas		43	44
		55.789	53.772
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Ativos de contrato	6	135.641	146.662
Outros créditos		-	933
		135.641	147.595
Imobilizado		158	-
Intangível		18	26
		135.817	147.621
TOTAL DO ATIVO		191.606	201.393

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	7	106	111
Fornecedores	7	248	209
Imposto de renda e contribuição social	8	221	204
Outras obrigações fiscais	8	89	90
Dividendos a pagar		3.842	8.189
Encargos setoriais a recolher		45	58
Pesquisa e desenvolvimento	11	15	29
Outras contas a pagar		15	20
		4.581	8.910
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	6.709	6.380
Pesquisa e desenvolvimento	9	324	1.151
		7.033	7.531
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11.1	98.000	98.000
Reserva legal	11.3	11.873	11.064
Reserva de retenção de lucros	11.3	58.591	58.591
Dividendo adicional proposto	11.4	11.528	17.297
		179.992	184.952
TOTAL DO PASSIVO		191.606	201.393

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	15.854	24.150
Custos Operacionais	13	(1.484)	(1.181)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		14.370	22.969
Outras Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(729)	(603)
Outras despesas operacionais	13	(302)	(96)
		(1.031)	(699)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		13.339	22.270
Resultado Financeiro	14		
Receitas financeiras		5.174	4.242
Despesas financeiras		(49)	(19)
		5.125	4.223
LUCRO OPERACIONAL		18.464	26.493
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.1		
Imposto de renda e contribuição social		(1.956)	(1.156)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(329)	(1.060)
		(2.285)	(2.216)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		16.179	24.277
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO	11.2	0,16510	0,24773

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	31.12.2023	31.12.2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	16.179	24.277
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	16.179	24.277

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reserva de Lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º de janeiro de 2022		98.000	9.850	58.591	8.790	-	175.231
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	24.277	24.277
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	(8.790)	-	(8.790)
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	11.2	-	1.214	-	-	(1.214)	-
Dividendos	11.3	-	-	-	-	(5.766)	(5.766)
Dividendo adicional proposto					17.297	(17.297)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022		98.000	11.064	58.591	17.297	-	184.952
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	16.179	16.179
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	(17.297)	-	(17.297)
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	11.2	-	809	-	-	(809)	-
Dividendos	11.3	-	-	-	-	(3.842)	(3.842)
Dividendo adicional proposto	11.4				11.528	(11.528)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		98.000	11.873	58.591	11.528	-	179.992

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		16.179	24.277
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do período com a geração de caixa das atividades operacionais:			
Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		32	20
Remuneração de contratos de concessão de transmissão	6	(6.806)	(18.240)
Imposto de renda e contribuição social	8.1	1.956	1.156
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.1	329	1.060
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	9.2	264	241
Depreciação e amortização	13	16	8
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	13	198	1
		12.168	8.523
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes	5	17.206	17.716
Outros créditos		889	(60)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(309)	(484)
Despesas antecipadas		1	(9)
		17.787	17.163
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		-	(2)
Partes relacionadas	16	(5)	52
Fornecedores	7	39	21
Outras obrigações fiscais		(1)	17
Encargos setoriais a recolher	9	(13)	(100)
Pesquisa e desenvolvimento	9.2	(1.136)	(171)
Outras contas a pagar		(5)	(358)
		(1.121)	(541)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		28.834	25.145
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.939)	(1.108)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		26.895	24.037
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado		(166)	-
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(166)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	11.2	(25.487)	(17.580)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(25.487)	(17.580)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.242	6.457
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	42.962	36.505
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	44.204	42.962
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.242	6.457

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Uirapuru Transmissora de Energia S.A. (Uirapuru ou Companhia) é uma companhia de capital fechado com sede na Rua José Izidoro Biazzetto, 158, Bairro Mossunguê, CEP 81.200-240, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT), que é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel ou “Controladora”).

Suas atividades de construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de - de Energia nº 002/2005 - Aneel. O prazo da concessão, de 30 anos contado a partir da data de celebração do contrato, se encerra em 04.03.2035.

2. Base de Preparação

2.1 Base de Elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 19.04.2024.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis com efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas com uma possibilidade razoável de levar a ajustes significativos nos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro:

- NEs nºs 3.2 e 6 - Ativos de contrato: definição da taxa de remuneração dos contratos, alocação do preço às obrigações de performance e previsão dos fluxos de caixas;
- NE nºs 3.3 e 5 - Redução ao valor recuperável de ativos: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NEs nºs 3.4 e 10 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NE nºs 3.5 e 12 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados e de margem de construção.

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

3. Políticas Contábeis Materiais

A seguir são apresentadas as informações materiais das políticas contábeis da Companhia.

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um “contas a receber” de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um “contas a receber” de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

3.1.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Ativos de contrato

Representa o saldo do contrato de serviço público de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente para construir, operar e manter as linhas e subestações de alta tensão dos centros de geração até os pontos de distribuição.

Durante a vigência do contrato de concessão a Companhia recebe, condicionado a sua performance, uma remuneração denominada Receita Anual Permitida - RAP que amortiza os investimentos realizados na construção da infraestrutura e faz frente aos custos de operação e manutenção incorridos.

Após o início da operação comercial e na medida em que o serviço de operação e manutenção – O&M é prestado, a parte da RAP referente a receita de O&M é reconhecida no resultado ao valor justo, mensalmente, e faturada em conjunto com a parte da receita reconhecida na fase de construção, referente a remuneração dos ativos construídos. Este valor faturado após o cumprimento da performance de O&M é reclassificado para o ativo financeiro na rubrica de clientes até o seu recebimento efetivo.

A Companhia estima sua receita na fase de construção a valor justo com base no custo orçado da obra e utilizado pela administração como parâmetro para o lance no leilão da concessão. A receita a valor justo é composta pelo custo orçado para todo período de construção acrescido da margem de construção, que representa o lucro suficiente para cobrir os gastos de gerenciamento e acompanhamento da obra.

A taxa de remuneração de cada concessão é determinada pela projeção do custo esperado, da margem de lucro sobre o custo na fase de construção e da projeção da RAP a ser recebida na fase de operação, já líquida da estimativa da contraprestação variável (PV) e da parte da RAP da performance de O&M. Essa técnica de avaliação de valor justo pela abordagem de receita desconta o fluxo de caixa de todo o período da concessão, determinando no reconhecimento inicial a taxa implícita que zera o fluxo ao longo do tempo.

Essa taxa de remuneração é fixada no momento inicial e não se altera durante a performance do contrato e representa a taxa de mercado vigente a época nas condições da negociação entre partes.

O ativo proveniente da construção da infraestrutura de transmissão é formado pelo reconhecimento da receita de construção, conforme o percentual completado da obra (NE nº 3.6) e por sua remuneração financeira (NE nº 3.5.2).

A Companhia reconhece os ganhos e perdas por eficiência ou ineficiência na construção da infraestrutura e em função de revisão tarifária periódica – RTP, quando incorridos, diretamente no resultado do exercício.

No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção da infraestrutura, este será recebido diretamente do Poder Concedente, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos

3.3.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.5 Reconhecimento da receita

3.5.1 Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida.

As receitas da Companhia são auferidas pela disponibilidade da rede elétrica por meio da remuneração do ativo de contrato e da operação e manutenção da infraestrutura de transmissão de energia elétrica.

3.5.2 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Em relação ao ativo de contrato da concessão de transmissão de energia elétrica, é reconhecida a receita de remuneração financeira utilizando a taxa de remuneração implícita fixada no início de cada projeto, a qual é apresentada na demonstração do resultado como receita operacional de acordo com o modelo de negócios da Companhia.

3.6 Receita de construção e custo de construção

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica são reconhecidas ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra.

Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

A margem de construção adotada para a atividade de transmissão relativa aos exercícios de 2023 e de 2022 é de 1,65%, e deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime tributário do lucro presumido para fins de reconhecimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, adicional IRPJ e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL.

O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de presunção de 8% da receita bruta (faturamento regulatório), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de presunção de 12% da receita bruta.

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF).

Adicionalmente, a companhia reconhece imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a receita financeira provisionada e sobre a remuneração e margem de construção do contrato de concessão.

3.8 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2023

A partir do exercício de 2023 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);
- (iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);

3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- (i) CPC 26 / IAS 1: requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants (a partir de 1º.01.2024);
- (ii) CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “*sale and leaseback*” (a partir de 1º.01.2024);
- (iii) IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores (a partir de 1º.01.2024);
- (iv) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e bancos conta movimento	160	490
Aplicações financeiras de liquidez imediata	44.044	42.472
	44.204	42.962

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 98,3% e 101% (em 2022 94% e 101%) da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2023	31.12.2022
Encargos de uso da rede elétrica	2.498	258	333	3.089	2.799
(-) Perdas de créditos esperadas	(3)	-	(221)	(224)	(23)
	2.495	258	112	2.865	2.776

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico emite mensalmente os avisos de créditos - AVCs relativos à apuração mensal dos serviços e encargos de transmissão e determina quanto cada cliente deve pagar a cada transmissora. No entanto a cobrança é feita diretamente entre transmissora e cliente. Toda inadimplência é comunicada ao ONS o qual pode, conforme cada caso, executar a garantia, retirar o cliente da apuração mensal e, em último caso, cancelar o contrato com o cliente e retirá-lo do sistema de transmissão.

6. Ativo de contrato

Em 1º.01.2022	153.657
Remuneração	18.240
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(18.296)
Em 31.12.2022	153.601
Remuneração	6.806
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(17.493)
Em 31.12.2023	142.914
	Circulante
	7.273
	Não circulante
	135.641

6.1 Ganho (perda) por eficiência ou ineficiência na implementação e operação de infraestrutura de transmissão

Na construção e operação da infraestrutura de transmissão, esperam-se possíveis impactos positivos ou negativos em função de atrasos e custos adicionais por questões ambientais, variação dos custos, principalmente com cabos e estruturas quando indexados em moeda estrangeira, custos adicionais de servidão e negociações fundiárias, eventuais imprevistos de terraplanagem, antecipação de prazos de operação comercial e revisão/reajuste da RAP conforme as regras regulatórias e as cláusulas contratuais. Alterações no projeto original que afetem sua lucratividade são reconhecidas diretamente no resultado quando incorrido, exceto a parte da RAP relacionada a performance de operação e manutenção dos ativos que é reconhecida medida em que os serviços são executados.

6.2 Premissas adotadas para o cálculo do ativo de contrato

	31.12.2023	31.12.2022
Margem de construção	1,65%	1,65%
Margem de operação e manutenção	1,65%	1,65%
Taxa de remuneração	8,33% a.a.	8,33% a.a.
Índice de correção dos contratos	IGPM	IGPM
RAP anual, conforme Resolução Homologatória	26.922	28.181

7. Fornecedores

O saldo corresponde, principalmente, aos valores devidos pela prestação de serviços de operação e manutenção.

8. Tributos

	31.12.2023	31.12.2022
Passivo circulante		
Imposto de renda e contribuição social	221	204
Outras obrigações fiscais		
PIS/Pasep e Cofins	83	83
Outros tributos	6	7
	310	294
Passivo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Contratos de concessão	4.402	4.732
Rendimentos de aplicações financeiras	2.307	1.648
	6.709	6.380

Baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, a Companhia constituiu crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos, com expectativa de realização conforme quadro a seguir:

2024	(594)
2025	(594)
2026	(594)
2027	(594)
2028	(594)
2029 a 2031	(1.781)
A partir de 2032	(1.958)
	(6.709)

8.1 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2023		31.12.2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Imposto de renda e contribuição social				
Faturamento regulatório	28.321	28.321	26.182	26.182
Alíquota	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	2.266	3.399	2.095	3.142
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados, líquidas de IOF	5.174	5.174	1.121	1.121
(-) Receita financeira provisionada	(1.935)	(1.935)	-	-
(=) Base de cálculo	5.505	6.638	3.216	4.263
Aliquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social provisionados	1.357	599	774	382
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Contratos de concessão	(10.688)	(10.688)	1	1
Alíquota	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	(855)	(1.283)	-	-
Receita financeira provisionada	1.935	1.935	3.121	3.121
(=) Base de cálculo	1.080	652	3.121	3.121
Imposto de renda e contribuição social diferidos	270	59	779	281

9. Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

9.1 Saldos constituídos para aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2023	Saldo em 31.12.2022
FNDCT (a)	-	8	-	8	12
MME	-	4	-	4	12
P&D	-	3	324	327	1.156
	-	15	324	339	1.180
			Circulante	15	29
			Não circulante	324	1.151

(a) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

9.2 Mutações dos saldos de P&D

	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 1º.01.2022	15	7	1.069	1.091
Constituições	96	48	97	241
Juros	-	-	19	19
Recolhimentos	(99)	(43)	(29)	(171)
Em 31.12.2022	12	12	1.156	1.180
Constituições	105	52	107	264
Juros	-	-	31	31
Recolhimentos	(109)	(60)	(34)	(203)
Conclusões			(933)	(933)
Em 31.12.2022	8	4	327	339

10. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. Em 31.12.2023 e 31.12.2022 não há provisões para litígios registradas na Companhia.

Passivos contingentes são obrigações decorrentes de eventos passados sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2023 e 31.12.2022 a Companhia não possui passivos contingentes.

11. Patrimônio Líquido

11.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2023, no valor de R\$ 98.000 (R\$ 98.000 em 31.12.2022) é composto por 98.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros ocorre mediante a retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposição dos dividendos.

11.2 Resultado por ação

	31.12.2023	31.12.2022
Numerador básico e diluído		
Resultado líquido básico e diluído alocado por classes de ações	16.179	24.277
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações	98.000.000	98.000.000
Resultado líquido do período básico e diluído por ação	0,16510	0,24773

11.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal e os dividendos.

11.4 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2023	31.12.2022
Cálculo dos dividendos		
Lucro líquido do exercício	16.179	24.277
Reserva legal (5%)	(809)	(1.214)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	15.370	23.063
Dividendos mínimos obrigatórios	3.842	5.766
Dividendo adicional proposto (*)	11.528	17.297
Total de Dividendos	15.370	23.063
Valor do dividendo por ação	0,000157	0,000235

(*) De acordo com o § 6º do art. 202 da lei 6.404/76, os lucros não destinados nos termos do art. 193 a 197 (Reserva Legal, Reservas Estatutárias, para contingência, de retenção de lucros ou de lucros a realizar), deverão ser distribuídos como dividendos.

12. Receita Operacional

	31.12.2023	31.12.2022
Receita de operação e manutenção - O&M	11.529	11.596
Receita de juros efetivos e correção monetária	6.191	14.407
Receita de construção (a)	9	122
(-) PIS/Pasep e Cofins	(1.034)	(956)
(-) Pesquisa e desenvolvimento	(264)	(241)
(-) Encargos setoriais	(577)	(778)
	15.854	24.150

(a) No saldo está contido o valor da receita de construção, a margem de construção e o ganho ou perda por eficiência conforme detalhado na NE nº 6.

13. Custos e despesas operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	31.12.2023	31.12.2022
Pessoal e administradores	-	(376)	-	(376)	(334)
Planos previdenciário e assistencial	-	(45)	-	(45)	(36)
Material	(6)	(10)	-	(16)	(15)
Serviços de terceiros	(1.292)	(91)	-	(1.383)	(1.271)
Depreciação e amortização	(8)	(8)	-	(16)	(8)
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	-	(198)	(198)	(1)
Custo de construção	(9)	-	-	(9)	(122)
Outros custos e despesas operacionais	(169)	(199)	(104)	(472)	(93)
	(1.484)	(729)	(302)	(2.515)	(1.880)

14. Resultado Financeiro

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	4.994	4.200
Acréscimos moratórios sobre faturas	15	19
Outras receitas financeiras	165	23
	5.174	4.242
(-) Despesas financeiras		
Juros sobre P&D	31	19
Outras despesas financeiras	18	-
	49	19
Líquido	5.125	4.223

15. Instrumentos Financeiros

15.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2023		31.12.2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	44.204	44.204	42.962	42.962
			44.204	44.204	42.962	42.962
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		2.865	2.865	2.776	2.776
			2.865	2.865	2.776	2.776
Total dos ativos financeiros			47.069	47.069	45.738	45.738
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	7		248	248	209	209
Total dos passivos financeiros			248	248	209	209

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

a) Valor justo equivalente ao valor contábil em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

15.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

15.2.1 Risco de crédito

Exposição ao risco de crédito	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa (a)	44.204	42.962
Clientes (b)	2.865	2.776
	47.069	45.738

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal

e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência de contas a receber, detectando os consumidores inadimplentes e implementando políticas específicas de cobrança.

15.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

O saldo de fornecedores registrado tem previsão de liquidação de um mês após a data destas demonstrações financeiras.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não possui dívida emitida e não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

15.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

16. Transações com Partes Relacionadas

Consolidado Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Controlador								
Copel Geração e Transmissão S.A								
Compartilhamento (a)	-	-	77	80	-	-	-	-
Dividendos	-	-	3.843	8.189	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	21	25	214	202	274	286	-	-
Contrato de operação e manutenção	-	-	-	-	-	-	1.286	1.215
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	106	100	-	-	1.235	1.046	-	-
Compartilhamento (a)	-	-	24	24	-	-	-	-
Complexo Eólico Brisa (b)								
Encargos de uso do sistema de transmissão	1	1	-	-	7	8	-	-
Complexo Eólico São Bento do Norte (b)								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	4	4	-	-
Complexo Eólico Cutia (b)								
Encargos de uso do sistema de transmissão	1	1	-	-	12	13	-	-
Compartilhamento (a)	-	-	5	6	-	-	-	-
Complexo Eólico Jandaíra (b)								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	4	3	-	-
Complexo Eólico Vilas (b)								
Encargos de uso do sistema de transmissão	1	1	-	-	9	9	-	-
FDA Geração de Energia Elétrica S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	9	10	-	-	114	118	-	-
UEG Araucária Ltda								
Encargos de uso do sistema de transmissão	2	2	-	-	26	27	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários	-	-	-	-	-	-	30	31
Encargos sociais	-	-	-	-	-	-	7	5

(a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.

(b) Empreendimentos de geração de energia eólica, cujas ações pertencem à Copel GeT.

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado praticados pela Companhia.

A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

17. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O	28.03.2025	121.033
Riscos Nomeados	24.08.2024	4.350

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 29.12.2023, de R\$ 4,8413.

Curitiba, 19 de abril de 2024.

Marcio Raphael Ploszaj

Diretor Técnico

Adriano Fedalto

Diretor Administrativo-Financeiro

Tatiane Ramthun Gumz

Contadora CRC PR 050498/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Uirapuru Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Uirapuru Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 19 de abril de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

